

OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE NO ENSINO REGULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNICÍPIO DE ARATUBA - CE

Francisca Mayra da Silva Pereira¹
Gislene Lima Carvalho²

RESUMO: A presente pesquisa, caracterizada como estudo de campo e estudo de caso, objetivou analisar o perfil dos professores que atuam com alunos da educação inclusiva e avaliar os impactos causados no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Aratuba/Ceará. Foi realizada sob duas perspectivas, a observação de aulas com alunos que frequentam a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala de aula do ensino regular e entrevistas com professores regentes na turma desses alunos e com os pais, a fim de identificar os desafios enfrentados no ensino desses alunos. Os estudos sobre o ensino e a formação de professores tiveram como base teórica José Carlos Libâneo (1994), Maria Teresa Mantoan (2003) e os documentos oficiais do Brasil sobre a educação brasileira. Nesse sentido, com os resultados obtidos, verificamos que os profissionais da educação que atuam na instituição de ensino do município não possuem formação ou especialização para trabalharem na perspectiva da educação inclusiva e os principais desafios enfrentados pelo Atendimento Educacional Especializado, além da formação de professores, consiste na falta de materiais adequados e específicos para a sala de atendimento e na superproteção dos pais para com os filhos, o que ocasiona os grandes e principais problemas no ensino da educação inclusiva e no AEE.

Palavras-chave: Educação Inclusiva – Atendimento Educacional Especializado – Formação de Professores – Impactos.

ABSTRACT: The present research, characterized as a field study and case study, aimed to analyze the profile of teachers who they act with students of inclusive education and evaluate the impacts caused in regular education and Specialized Educational Attendance (AEE) in the city of Aratuba / Ceará. It was carried out from two perspectives, the observation of classes with students they attend the class the Specialized Educational Assistance (AEE) and the classroom of regular teaching and interviews with teachers in the class of these students and with the parents, in order to identify the challenges faced in the teaching of these students. The studies on the teaching and the training in teachers have had on the theoretical basis of José Carlos Libâneo (1994), Maria Teresa Mantoan (2003) and the Brazil official documents on the Brazilian education. Accordingly, with the results obtained we checked that the education professionals who work in the teaching institution of the municipality do not have formation or specialization to work in the perspective of inclusive education and the main challenges faced by the Specialized Educational Attendance besides the formation of teachers consists in the lack of adequate and specific materials for the attendance room and in the parents who overprotect their children, which causes the great and main impacts on the teaching of inclusive education and AEE.

Key words: Inclusive Education - Specialized Educational Attendance - Teacher Training – Impacts.

¹ Graduanda no curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Redenção – Ceará. E-mail: mayrasp001@hotmail.com.

² Orientadora. Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: gislenecarvalho@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A formação de professores, bem como o efeito que essa formação causa no ensino do AEE, é de fundamental importância para o posicionamento da educação inclusiva, considerando a intensa diversidade no contexto escolar que existe no âmbito da educação. De acordo com Libâneo (1994), a prática docente consiste na preparação do exercício profissional de educandos, cuja finalidade é preparar alunos para se tornarem sujeitos ativos e integrantes no âmbito social em que vivem, através da mediação entre alunos e sociedade realizada pelo professor, garantindo a educação e instrução de dominação de conhecimentos para os alunos, objetivando o desenvolvimento de habilidades que visem enfrentar os desafios do meio social, no sentido de conseguir desenrolar-se nas dificuldades que surgem no dia a dia.

Dentro deste ambiente educativo, este trabalho, orienta-se no sentido de observar, elencar e refletir sobre os desafios que o Atendimento Educacional Especializado enfrenta no ensino da educação inclusiva no município de Aratuba, especificamente na escola EMEF Profa. Maria Júlia Pereira Batista, como embasamento para avaliação dos impactos que eles podem causar e influenciar o ensino da educação inclusiva, ou seja, visa compreender esses os desafios que o AEE, na perspectiva da educação inclusiva, enfrenta no município.

A escolha desse município para analisar esses dados se deu, especialmente, por se tratar da cidade natal da pesquisadora, que sentiu a necessidade de pesquisar sobre essa temática buscando melhorias e, assim, contribuir para a educação da cidade.

Um fator que permanece em visibilidade no sistema educacional é a importância da formação de professores no âmbito escolar, tanto porque é uma área que se apresenta como grande responsável pela melhoria e avanços da educação, como é uma área bastante preocupante, tendo em vista, os grandes obstáculos que contribuem para tal. Desta maneira, o estímulo para se trabalhar com a temática, o ensino e a formação de professores surgiu fazendo alusão aos seguintes questionamentos: Qual a formação de professores regentes no ensino regular e no ensino especializado? É ofertada formação continuada e/ou curso de especialização para esses profissionais? Como é o ensino do AEE? Quais os desafios encontrados

no processo de ensino aprendizagem desta modalidade? Como se analisa a escola em relação ao processo de ensino e aprendizagem da criança? A formação dos professores pode influenciar o ensino de alunos com necessidades específicas? Quais os desafios que a criança enfrenta com o ensino na escola?

Partindo desses questionamentos, a pesquisa objetiva analisar os perfis dos professores que atuam com alunos da educação inclusiva e avaliar os impactos relacionados com a educação dessas crianças no ensino da rede regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para alcançar nosso objetivo, realizamos observação de aulas e entrevistas com os pais dos alunos (os pais porque estamos lidando com alunos com especificidades e com a finalidade de não constranger as crianças durante a entrevista, optamos por entrevistar seus responsáveis, que sempre os acompanharam no processo de ensino). A escola está localizada no município de Aratuba e pretendemos contribuir para melhorar o ensino e refletir sobre as consequências desse ensino, oriundos das práticas pedagógicas desses profissionais.

No ensino básico, que engloba o Ensino Fundamental e Médio, conforme assegura a constituição³, é imprescindível que o profissional da educação, para exercer a docência, tenha em seu currículo uma formação inicial específica em sua área de trabalho e o Estado e/ou município tem como dever proporcionar ao profissional da educação uma formação continuada, visando um aperfeiçoamento do ensino educacional. Entretanto, mesmo com toda a relevância sobre a formação profissional necessária dos professores para a eficácia da educação básica, algumas indagações ecoam sobre essa formação profissional perante os níveis e as modalidades de ensino, bem como, as consequências que essa formação ocasiona no sistema educacional.

O artigo está dividido em seis seções principais. A primeira e a segunda seção dizem respeito à educação inclusiva e à formação de professores, temas que fundamentam nossa pesquisa. Neles, abordaremos o Atendimento Educacional Especializado e a formação de professores na educação inclusiva, abrangendo os principais conceitos para o entendimento e construção da pesquisa a qual nos propomos.

³ Constituição é o conjunto de leis fundamentais que organiza e rege o funcionamento de um país. É considerada a lei máxima e obrigatória entre todos os cidadãos de determinada nação, servindo como garantia dos seus direitos e deveres. Fonte: <https://www.significados.com.br/constituicao-federal/>

Na terceira seção, apresentamos os procedimentos utilizados para desenvolver o trabalho, como o campo da pesquisa, a metodologia e os instrumentos de coleta de dados. A seção seguinte remete à análise dos dados obtidos, as conclusões do trabalho, seguida das referências e dos apêndices.

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva fundamenta-se como embasamento para análise do perfil dos professores que atuam nessa área e consiste no processo de inclusão e integralização de alunos no âmbito escolar, nos quais esses processos são utilizados para demonstrar circunstâncias de inserção no meio, buscando um espaço para todos e de aceitação da diversidade cultural, embora eles se fundamentem em modos diferentes. O processo de inclusão e integralização da educação inclusiva baseia-se nas inúmeras causas de exclusão de pessoas perante a sociedade e no meio escolar, conforme afirma Rodrigues (2006), cujo foco, especificamente, consiste no cultural vivente no Brasil que ocasiona a exclusão por méritos pessoais e/ou concorrente e na supressão da diferença de identidade, cultura, raça, gênero ou de alguma necessidade especial de outros grupos sociais.

A escola é uma instituição de ensino voltada para mediação de conhecimentos que irão ser construídos para os alunos através de um processo de ensino e aprendizagem. Embora a escola ao longo do tempo tenha se democratizado, atendendo a vários grupos sociais, é perceptível que ela não se democratizou a novos conhecimentos e ainda não se adaptou especificamente para a integração e inclusão de uma educação especial conforme diz a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146 criada em 6 de julho de 2015 que em seu Art. 1º destina “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Podemos assim constatar as seguintes descrições acima, em Mantoan (2003)

O ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações. Contrariamente, o conhecimento evolui por recomposição, contextualização e integração de saberes em redes de entendimento, não reduz o complexo ao simples, tornando maior a capacidade de reconhecer o caráter multidimensional dos problemas e de suas soluções. Os sistemas escolares

também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe (p. 13 - 14).

A partir dessa constatação, podemos dizer que a escola é uma instituição muito relevante e necessária para a formação de indivíduos, porém, apesar das mudanças ocorridas nesse âmbito ao longo do tempo, ela não mudou como todo, não se adaptou às demandas das necessidades dos alunos, mas os alunos que tiveram de se adaptar a suas demandas, visto que no ensino regular nem todos os alunos estão aptos a serem inseridos nesse contexto sem que haja uma mudança epistemológica na didática e metodologia desse ensino, ocasionando na distinção entre os fundamentos de integração e inclusão.

Segundo Mantoan (2003), o que difere os dois termos integração e inclusão, supracitados anteriormente para designar o conceito de educação inclusiva é que a integração escolar consiste na inserção de alunos portadores de necessidades especiais nos estabelecimentos de ensino. Isto quer dizer que esses alunos já foram excluídos anteriormente de algum grupo, por isso, o objetivo do processo de integração é inserir esses alunos no contexto escolar, possibilitando a eles uma variedade de benefícios provenientes de seu ingresso na escola e oferecendo a eles a oportunidade de percorrer no sistema educacional, compreendida como “especial na educação”, remetendo à educação especial no ensino regular.

A inclusão escolar, por sua vez, consiste na organização do sistema educacional e nas políticas educacionais, para que não se tenha distinção entre as modalidades de ensino regular e especial e as políticas educacionais, considerando não só a inserção no âmbito escolar de alunos com necessidades específicas ou alunos que possuem déficit de aprendizado, já que ela não almeja apenas esse público, mas todo o público escolar, porque a educação inclusiva consiste na demanda de uma mudança na perspectiva educacional para todo o público escolar, considerando que todos os alunos possuem alguma necessidade específica, seja física ou mental e mesmo não sendo acompanhado pelo atendimento especializado.

De modo geral, a educação inclusiva é a prática da inclusão e integralização de um todo nas instituições de ensino, haja vista que a constituição garante a educação para todos, sem distinção de condições, então, como assegura Mantoan (2003),

A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas” (p. 09)

Desta forma, a partir dessas perspectivas nas quais se ancora a educação inclusiva, constatamos que os desafios do ensino regular especializado são muitos, como por exemplo, as condições de integração e práticas de significação, mas para que essa educação se propague é necessário que haja aceitação da realidade dos educandos, assim como os seus conhecimentos adquiridos e/ou ativados com os conteúdos acadêmicos ou com a interação do meio em que vivem.

No tópico seguinte, veremos o conceito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com o propósito de conhecer e assimilarmos a forma como é desenvolvido esse atendimento, uma vez que será nosso ponto de partida para compreendermos e refletirmos sobre os desafios da educação inclusiva.

1.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado – AEE como parte integrante da pesquisa que visa considerar os impactos causados nesse atendimento oriundos da análise do perfil dos professores fundamenta-se em um conjunto de ações realizadas de forma complementar e/ou suplementar à formação dos alunos na rede regular de ensino, na qual o público-alvo são estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e o seu trabalho fundamenta-se no desenvolvimento emocional e na inserção e integralização dos educandos com necessidades específicas no âmbito de ensino.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse

grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, MEC 2007, p.11)

O AEE, bem como a educação especial, é um processo de ensino e não é paralelo ao ensino regular, aliás, é um processo que se interliga e acompanha todos os níveis da educação básica, visando identificar, desenvolver, estruturar e disponibilizar recursos de acessibilidade e pedagógicos na perspectiva da inclusão e participação desses estudantes no ensino, independentemente de suas demandas de vida.

O ensino vem sofrendo grandes mudanças epistemológicas a partir da constituição federal de 1988, em que torna obrigatório e assegura uma educação para todos a partir de princípios de igualdade, liberdade, diversidade de ideias, valorização dos profissionais da educação, gratuidade no ensino e democratização deste, o que torna obrigatória a inclusão e integralização de todos os alunos.

Com base na “educação para todos” que a constituição assegura (Art. 205), em 02 de outubro de 2009, foi criada a resolução nº 04 que trata sobre a implantação das diretrizes operacionais do Atendimento Educacional Especializado nas escolas de Ensino Básico e orienta as escolas a se adaptarem estruturalmente para a oferta desse atendimento. Sobre os profissionais que atuam nele instrui que devem possuir especialização na área e oferecer condições acessíveis para o ingresso desses alunos na escola, bem como possibilitar a permanência deles na instituição, na perspectiva da educação inclusiva e ratifica a importância de todas as instituições desenvolverem o Atendimento Educacional Especializado.

Segundo a resolução, o AEE deve ser oferecido para crianças com necessidades específicas, sem suprir a rede regular de ensino, ou seja, essas crianças devem frequentar a sala de aula do ensino regular, além da sala de AEE no contra turno. Neste caso, diante da importância que o AEE desenvolve e do papel fundamental que os responsáveis exercem nesse atendimento para com os alunos e mesmo com a obrigatoriedade, ainda existem escolas que não ofertam esse atendimento em virtude da falta de recursos específicos para a sua existência, mas o que não pode acontecer e que, muitas vezes, acaba acontecendo é a locomoção

do aluno para outra escola que o ofereça. Isto quer dizer que, mesmo a escola não oferecendo esse atendimento especializado, ela não pode recusar a atender um aluno com deficiência, transtorno ou superdotação.

O Atendimento Educacional Especializado segundo a resolução nº 04 funciona, preferencialmente, em uma sala de recursos multifuncionais, designadas salas de AEE, em turno inverso ao do ensino regular. As salas multifuncionais possuem equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos visando o atendimento desses educandos, além de profissionais especializados que diagnosticarão os alunos que deverão frequentar esse atendimento e trabalharão com os mesmos a partir de suas demandas. Para ser acompanhado nesse ensino especializado, é necessário que os alunos estejam matriculados em uma sala de aula regular, ser público alvo do atendimento especializado e/ou laudo médico que ateste a deficiência, o transtorno global do desenvolvimento ou a alta habilidade ou superdotação.

Segundo a lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), de 1996, os profissionais que são responsáveis pelo atendimento especializado, assim como os profissionais da rede regular de ensino que abrange alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devem possuir especialização adequada de ensino e capacitação para a inclusão e integralização desses alunos no ensino regular. O encargo dos professores responsáveis pelo atendimento é acompanhar e contribuir para o desenvolvimento individual do aluno, adequar materiais da sala de recursos multifuncionais pretendendo que o aluno consiga assimilar o conteúdo da sua turma, organizar o número de atendimentos dos alunos na sala de AEE e preparar e realizar um plano de atendimento educacional especializado, enquanto o do professor regente no ensino regular é proporcionar a integração e interação desses alunos com a turma e contribuir para assimilação do conteúdo proposto pelos professores.

Diante disso, o Atendimento Educacional Especializado é um direito garantido por lei e, sabendo que para existir a educação inclusiva é fundamental e indispensável que haja a existência desse atendimento especializado, de acordo com a LDB, o Estado deve, obrigatoriamente, ofertá-lo e as escolas possuírem e oferecerem esse atendimento na perspectiva da educação inclusiva para os alunos.

Após as considerações sobre a educação inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado, trataremos no próximo tópico questões referentes à

formação inicial e continuada de professores, abordando aspectos referentes à identidade profissional com base na educação inclusiva.

2 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOCO

A formação de professores, em tese, consiste em métodos de preparação, aperfeiçoamento e aprimoramento de práticas pedagógicas para o processo de ensino aprendizagem, através de metodologias e critérios que irão ser administradas e planejadas, visando à formação acadêmica do profissional, tendo em vista a formação específica com base em sua área de domínio e a formação técnico-prática, com base em sua preparação, para exercer a docência.

Conforme afirma Libâneo (1994), “A formação profissional é um processo pedagógico, intencional e organizado, de preparação teórico-científica e técnica do professor para dirigir competentemente o processo de ensino” (p. 27). Dito isso, torna-se compreensível que a formação de professores se constitui de conteúdos teóricos e práticos, sendo que esses conteúdos não podem ser articulados isoladamente, porque o primeiro trata das práticas escolares oriunda dos estudos sobre a formação acadêmica e resultante da prática e o segundo trata da aplicação da teoria, das experiências docentes e dos saberes experienciais, ambos muito relevantes para a vida acadêmica desses preceptores.

No capítulo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, que foi assinada em 1996, referente aos profissionais da educação (TÍTULO VI), o art. 61 diz que são considerados profissionais da educação básica os profissionais que estão exercendo seu cargo, professores qualificados e instruídos no ensino médio ou superior para educação infantil e ensino fundamental e médio. Assim, a formação de professores, respectivamente relacionados com as particularidades de suas atividades demanda uma constante formação básica de conhecimentos científicos e sociais, requer através dos estágios supervisionados a prática fundamentada na preparação para a prática docente, fazendo uma conexão entre teoria e prática e determina aproveitar outras experiências. Já o art. 62 aborda sobre a formação de professores para atuar na educação, o que constata que

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (p. 20)

No trecho citado acima, podemos perceber a relevância que a formação profissional de professor possui para que se obtenha grande êxito na perspectiva de ensino e que, necessariamente, para se exercer a docência o profissional precisa ter no mínimo cursado um curso superior especializado em sua área de atuação. António Nóvoa, em seu discurso sobre “Precisamos colocar o foco na formação profissional dos professores”, no portal do Instituto NET Claro Embratel⁴, diz que a formação da profissão de professor é muito preocupante no Brasil, já que possui tantos obstáculos que contribuem para tal, entretanto, para que seja produzida a profissão da docência é necessário que se passe a focar em sua formação.

Assim, fazendo a análise comparada entre o discurso de Nóvoa (2017) e o art. 62 da LDB (1996), compreendemos que a formação inicial que o professor adquire nas universidades é uma formação de preparação para o ofício da docência, mas que somente essa formação não seria ideal para a atuação de professores, visando a grande diversidade que existe no universo escolar. Além dessa formação, ainda temos outra considerada fundamental para a construção da identidade profissional, caracterizada como a formação continuada, na qual o foco principal deve ser a escola fundamentada no trabalho pedagógico, no trabalho dentro da escola e na construção de novas práticas.

Podemos perceber em Fávero, Tonieto e Roman (2013), a relevância da formação profissional dos professores, principalmente quanto à formação continuada na formação de um docente, cujo objetivo é a instrução de um sujeito ativo e inovador nas práticas pedagógicas e em relação ao desenvolvimento de práticas reflexivas sobre o ensino educacional que busquem proporcionar conhecimentos críticos e reflexivos aos jovens educandos.

⁴ O instituto Net Claro Embratel é responsável por ações sociais, como Educação, Cultura e Cidadania que visam gerar impactos significativos no desenvolvimento de pessoas e no social. Em entrevista ao instituto António Nóvoa falou sobre a educação através de abordagens como os desafios, a tecnologia, a formação de profissionais (inicial e continuada) e políticas públicas. Disponível em <https://www.institutonetclaroembratel.org.br/educacao/nossas-novidades/videos/programa-net-educacao-precisamos-colocar-o-foco-na-formacao-profissional-dos-professores-avalia-antonio-novoa/>

Em contrapartida, apesar de a formação continuada ser de fundamental importância para as práticas pedagógicas de professores, quando nos deparamos com a educação inclusiva do AEE, percebemos que apenas a formação continuada não consegue suprir a necessidade que o ensino especial necessita que um professor regente nesta área saiba. Assim, torna-se compreensível que, além da formação inicial e continuada, tratando-se do ensino educacional especializado, são necessárias outras estratégias que supram essa demanda, o que constata Guasselli (2012) quando afirma que “existe uma grande preocupação em tornar os professores mais autônomos em relação à inclusão escolar, através de formação continuada, trabalho colaborativo, reflexão sobre a prática pedagógica e estratégias de formação que concretizem a relação entre teoria e prática” (p. 9).

De acordo com a Lei nº 9.394/96, LDB, que discorre sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo V, que se refere à educação especial, o art. 59 trata sobre a garantia do sistema de ensino para as pessoas da educação especial e, dentre essa garantia que o artigo oferta, há um fragmento sobre a formação de professores da educação especial, tanto a do Atendimento Educacional Especializado como a do ensino regular.

A formação para professores mediadores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) é a formação inicial e especialização adequada para esse atendimento, tendo em vista que esse profissional é incumbido de coordenar, desenvolver e realizar o atendimento especial na escola devido a sua especialização na área e a formação para professores das salas de aula regular é a formação inicial e a formação continuada ofertada pelo município ou a escola e, embora não tenha especialização para trabalhar com esses alunos, é imprescindível que eles tenham conhecimentos para que estejam capacitados para contribuir com a educação desses sujeitos, através de estratégias que visem à integração deles na aula em todas as instituições de ensino.

Desse modo, a resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001, que entrou em vigor em janeiro de 2002, aborda sobre os princípios da educação inclusiva apresentando dispositivos determinados em consonância com leis maiores, como a LDB de 1996. Em relação à formação de professores, o artigo 8º da resolução dispõe que as instituições de ensino regular devem presumir e promover na sistematização de suas salas de aulas “professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o

atendimento às necessidades educacionais dos alunos” (p. 02) e o artigo 18º da resolução dispõe sobre como se compreende os professores capacitados e os professores especializados

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (p. 05)

Nesse sentido, compreendemos que os profissionais adequados para trabalhar com alunos da educação especial, nas salas comuns, são professores capacitados que tiveram acesso à capacitação de conteúdos específicos da área e que irão atuar nas salas de ensino da rede regular e em conformidade com os professores especializados, que são os responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado. Esses, por sua vez, tiveram acesso a uma educação mais especializada para atender as especificidades de cada aluno.

Para se obter um atendimento apropriado que atenda as demandas que os alunos com necessidades específicas necessitam em relação ao ensino, é indispensável que os profissionais que atuam na educação especial disponham de ajustes em relação a sua formação inicial para que ele desenvolva suas práticas pedagógicas, neste caso, é necessário que ocorra, com maior destaque, uma construção de estudos pautados no desenvolvimento, na aprendizagem, na avaliação, na documentação e na prática docente, assim como um reconhecimento minucioso das necessidades educacionais especiais de cada aluno.

Denari (2006), afirma que “A diferença não é vista como sinônimo de diversidade: diferença tem o peso do entendimento negativo, em que ao aluno são atribuídas características que o transformam em diferente” (p. 39). Desta forma, compreendemos que a educação inclusiva demanda de um sistema unificado de ensino que carece de uma modificação nos sistemas de formação para profissionais que atuam na área da inclusão, através de formações adequadas que buscam mais especialização para atender a demanda que os alunos precisam e capacitação para integrá-los em salas de aulas comuns, fundamentado em uma relação colaborativa entre os profissionais envolvidos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no município de Aratuba – Ceará, que se encontra localizada na microrregião Maciço de Baturité, considerada a serra mais alta do maciço. O censo demográfico realizado em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)⁵ constatou que a população Aratubense é composta por 11.346 habitantes, na qual a maioria são adolescentes e jovens. O município abrange cerca de 12 instituições de ensino, sendo 10 estabelecimentos de ensino fundamental e 2 estabelecimentos de ensino médio, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) era 5.3, a cidade ficando em 5ª posição no ranking dos estados do Ceará, em 2013.

O cenário de realização do projeto foi a escola do centro da cidade, EMEF Prof.^a Maria Júlia Pereira Batista, que oferta o ensino de jovens e adultos e o ensino fundamental em suas fases iniciais e finais e que, em 2015, o IDEB era de 6.2, ficando acima das estimativas para o mesmo ano. A escola possui um amplo espaço de dependências e essas, por sua vez, têm acessibilidade para alunos com necessidades específicas.

O método utilizado é a pesquisa de campo que consiste na caracterização da coleta de dados através da investigação sobre a temática, bem como, o estudo de casos sobre o perfil dos professores regentes no AEE e na sala de aula comum,

⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas é uma organização pública responsável pelos levantamentos e gerenciamentos dos dados e estatísticas brasileiras. O IBGE é conhecido, principalmente, por ser o responsável pela organização e execução do censo demográfico, que consiste numa pesquisa sobre a população nacional, reunindo dados sobre a vida das pessoas, entre outras informações. Fonte: <https://www.significados.com.br/ibge/>

tendo em vista, que a pesquisa permeia um grupo específico para sua realização e concretude, visando entender e compreender os motivos dos desafios enfrentados no ensino do Atendimento Educacional Especializado, buscando constatar os efeitos que essa problemática ocasiona.

A pesquisa teve como instrumentos para a coleta de dados duas dimensões que são caracterizados como a observação direta intensiva, desenvolvida através de processos de observações nas salas de aula comum e na sala de AEE, e como observação direta extensiva através de entrevistas com os professores e os pais sobre o objetivo do trabalho, com os pais porque estamos lidando com alunos com necessidades específicas e com a finalidade de não constranger os alunos, optamos pelos responsáveis que acompanham a sua formação.

O primeiro contato com a escola se deu para difundir o projeto com a gestão vigente e com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado com o propósito de solicitar o consentimento para executá-lo e concretizá-lo na instituição de ensino em questão, por meio da subscrição de documentos. Após o consentimento, sucedeu-se um diálogo com a profissional regente na sala de AEE para ter acesso à lista dos alunos que frequentam essa sala e para escolha de quais alunos participariam do projeto, tendo em vista a quantidade de alunos matriculados para serem acompanhados nesse atendimento.

Desta forma, foram utilizados três critérios básicos para a escolha desses alunos que consistiam em ter o diagnóstico dos médicos com o código da deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades ou superdotação, frequentar a sala do AEE e a sala de ensino regular e, por último, escolher alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades ou superdotação diferentes para que tivéssemos acesso e contato com especificidades diferentes.

Assim, foram escolhidos 04 alunos que cursam em turmas e anos diferentes. Por fim, deu-se a busca pelos professores que atuam com os respectivos alunos, no ano de 2019, e dos pais para realizar o mesmo procedimento de subscrição de documento que consentia a autorização para observar as aulas de Língua Portuguesa das turmas dos alunos definidos e a realização das entrevistas.

As professoras que trabalham com os alunos escolhidos são 4, sendo 3 que lecionam Língua Portuguesa no ensino regular e 1 que acompanha o Atendimento Educacional Especializado e as idades das participantes variam de 45 a 57 anos.

Todas as professoras têm nível superior em licenciatura plena e com mais de 20 anos de prática docente, peculiarmente 20, 21 e 29 anos, das quais, três delas estão atuando nessa escola, desde aproximadamente mais 15 anos.

Os alunos definidos para participar do projeto serão intitulados por A, B, C e D, em ordem sequenciada pelo ano que estão matriculados: aluno A frequenta a turma de 1º ano do ensino fundamental I, turno tarde; aluno B frequenta a turma de 4º ano do ensino fundamental I, turno tarde; o aluno C frequenta a turma de 6º ano do ensino fundamental II, turno manhã; e o aluno D que frequenta a turma de 8º ano do ensino fundamental II, turno manhã. Quanto à demanda específica que os alunos possuem, consiste no transtorno do espectro autista que o aluno A possui. O aluno B possui o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O aluno C apresenta o pan hipopituitarismo e diabetes insípido. E o aluno D tem o déficit cognitivo associado. A tabela 1 aborda brevemente sobre a deficiência e os transtornos que os alunos acompanhados possuem.

Tabela 1 – deficiência, transtorno do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

Transtorno do espectro autista	<p>Faz parte dos transtornos globais do desenvolvimento e é compreendida como uma síndrome comportamental identificada pela dificuldade de interação social, pela dificuldade de entender e compreender situações de comunicação, bem como dificuldades de se expressar e pelo comportamento em atividades, tais como, interesse restrito e movimentos de coisas repetitivas sem finalidade e o diagnóstico é feito através da observação do comportamento da pessoa, vale ressaltar que o autismo é um assunto bastante complexo, porque requer análise básica sobre o transtorno em cada criança, porque cada autista é de um jeito. Segundo o DSM 5 (2014) a criança que possui autismo é diagnosticada com transtorno do espectro autista e é definido em três graus leve, moderado e severo.</p> <p>Fonte: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452014000100007#end</p>
Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH	<p>Faz parte dos transtornos globais do desenvolvimento e é compreendida por uma lista de 18 sintomas caracterizada por uma tríade: a desatenção que se designa quando a pessoa não consegue reter os estímulos; a hiperatividade que designa como uma inquietude; e a impulsividade que designa-se como a pressa e precipitação, a difícil espera. Segundo o DSM 5 (2014) para que uma pessoa seja diagnosticada com TDAH é necessário que os sintomas sejam manifestados até os 12 anos e seguindo a lista, até os 17 anos carecem de ter 06 sintomas dos 18 e a partir</p>

	<p>dessa idade carecem de ter 05 dos sintomas.</p> <p>Fonte:</p> <p>http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452014000100007#end</p>
Pan hipopituitarismo e diabetes insípido	<p>Faz parte do grupo das deficiências múltiplas e é compreendida como deficiência definida pela diminuição da maioria dos hormônios produzidos pela hipófise no cérebro, no caso, do aluno acompanhado é no hormônio do crescimento que pode resultar no atraso do crescimento e outros problemas de saúde e os sintomas variam de criança para adultos e dependem do hormônio da hipófise que diminui.</p> <p>Diabetes insípido central (DIC) é um distúrbio ocasionado pelo hormônio anti-diurético pela neuro-hipófise e o seu progresso demanda na destruição de aproximadamente 80% dos neurônios hipotalâmicos produtores do hormônio anti-diurético do núcleo supra-óptico.</p> <p>Fonte: http://www.scielo.br/pdf/abem/v47n4/a21v47n4.pdf</p>
Déficit cognitivo associado	<p>Faz parte do grupo das deficiências mentais/intelectuais e é compreendida como uma complexidade de aprendizagem, que consiste na dificuldade de desenvolver e demonstrar conhecimentos, bem como limitações no desempenho intelectual e de interação social e o diagnóstico é feito através de testes neuropsicológicos que visam avaliar o nível da deficiência e a área mais afetada por ela, vale ressaltar que uma pessoa com déficit cognitivo associado ela pode já ter nascido com o problema ou ter desenvolvido em consequência de acidente ou doenças que atingiram o sistema nervoso.</p> <p>Fonte:</p> <p>https://www.jrmcoaching.com.br/blog/deficit-cognitivo-o-que-e/</p>

Fonte: elaborada pela autora

Por fim, foram observadas cerca de 10 aulas por alunos na sala de aula regular e 5 aulas no atendimento especializado, com a finalidade de analisar a forma de ensino que os professores utilizam para a formação dos alunos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

De acordo com as aulas observadas, em relação ao comportamento dos alunos acompanhados, todos demonstraram comportamento e participação nas salas de aula comum e na sala de AEE, conforme as suas especificidades.

O aluno A demonstrou, logo nas primeiras aulas observadas, uma inquietude, querendo realmente dominar na sala de aula comum e brincar na sala de AEE. Entretanto, ao decorrer das aulas as professoras impuseram disciplina e ele melhorou o seu comportamento e a sua participação, haja vista que é um dos poucos alunos da turma que sabe ler.

O aluno B mostrou ser uma criança carinhosa, muito inteligente e muito agitado e ansioso, ao longo das aulas deu para compreender que ele ler e escreve bem, se expressa muito bem desenvolvendo um diálogo excelente, interage na aula com a professora, entretanto não consegue passar muito tempo concentrado na mesma atividade ao decorrer da aula.

No aluno C, identificamos que o cognitivo dele é gravemente afetado pela especificidade que ele tem e ele não desenvolve a habilidade de leitura e escrita e até na pintura (atividade que ele realiza nas aulas comum e no AEE) ele tem dificuldades de manuseio com os materiais. Em relação ao comportamento, é uma criança bastante carinhosa e que quando ele quer interagir com as pessoas, interage e quando não, apenas balança com a cabeça.

O aluno D demonstrou ter sérias dificuldades na habilidade de leitura e escrita e de interação na aula e em conformidade com o comportamento demonstrou bastante dificuldade de socialização com os colegas, bem como dificuldades em levar o material didático para as aulas.

Em relação à sala de AEE, são acompanhados cerca de 27 alunos, sendo 16 com laudo médico prescrevendo a necessidade do aluno com o código da especificidade e 11 sem o laudo preciso do médico. O acompanhamento na sala até o ano anterior (2018) ocorria no turno inverso ao do ensino regular, conforme assegura a resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009. Entretanto, devido à evasão das crianças ao atendimento, esse ano está ocorrendo no mesmo turno, no qual o aluno é retirado da sala de aula comum para o acompanhamento na sala de AEE duas vezes na semana com duração de duas horas aulas semanais, com exceção apenas de um aluno (o aluno A) que se ausenta da escola uma hora antes dos demais alunos, por consequência da sua especificidade.

Alguns professores não concordam com a frequência dos alunos na sala de AEE, porque consideram pouco tempo na sala que acreditam ser específica para eles. As aulas desenvolvidas no atendimento especializado são de leitura e escrita, de acordo com as especificidades dos alunos, em que no primeiro momento o aluno realiza a atividade proposta pela professora e, no segundo momento, ele passa a entreter-se com jogos contidos na sala, também propostos pela professora responsável.

De acordo com as aulas de língua portuguesa ministradas nas salas comuns, concluímos que a maioria delas são divididas em aulas de estudo de textos, com interpretação de texto, aula de gramática e produção de texto. Entretanto, verificamos que apesar das mudanças ocorridas no processo de ensino e aprendizagem, ainda existem aulas mecanizadas de língua portuguesa em relação ao trabalho com a oralidade, a escrita, a leitura e a gramática o que dificulta mais ainda o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência, haja vista a demanda que possuem.

Dentro da perspectiva de ampliar os conhecimentos dos alunos, encontram-se como bases essenciais: a fala, a escrita e a leitura e é por meio desta última que os educandos são encorajados a desenvolverem suas competências e habilidades gramaticais. Dessa forma, 3 dos professores (incluindo a professora da sala de AEE), apesar de já possuírem práticas pedagógicas de mais de 20 anos, utilizam essa metodologia de ensino de efetivar um aprendizado de gramática de forma contextualizada, tendo como base o texto como unidade de ensino, fazendo com que o texto e a gramática caminhem de mãos dadas no processo de ensino/aprendizagem.

O ensino da língua a partir do texto como unidade de ensino não nos quer dizer que um texto é pretexto para o ensino da gramática normativa como ainda é utilizada por 1 das professoras regentes nas turmas acompanhadas com palavras e frases soltas do texto para serem trabalhadas sem o contexto que o objeto impõe, mas sim porque ele atravessa a continuidade do ensino da língua portuguesa de modo geral.

Após o período de observação do participante nas aulas, foram iniciadas as entrevistas. Os tópicos da entrevista foram dispostos como uma diretriz para as categorias de análise, dispostos sobre os desafios no ensino para estudantes com

demandas de vida específicas, sobre a formação de professores que atuam com a educação inclusiva e sobre o AEE.

A escola, em consonância com os documentos oficiais do Brasil, é uma instituição de ensino que instrumentaliza o seu aluno para que ele utilize os conteúdos que adquire na instituição para viver melhor, para agir sobre o mundo, para compreender o mundo e para mudar o mundo, ou seja, ela prepara o seu público alvo tão cedo hoje para uma instrumentalização para o mercado de trabalho, mas também para que eles estejam engajados enquanto cidadão que possa interpretar a realidade, ter uma opinião e agir sobre.

Segundo os participantes, a escola em relação ao processo de ensino aprendizagem das crianças, tem uma grande e boa importância na vida dos educandos, visto que o processo de ensino já foi muito excludente e preconceituoso em relação aos alunos com deficiência e hoje esse processo já melhorou bastante. Entretanto, em relação à educação inclusiva, embora já se percebam as mudanças ocorridas nesse ensino, infelizmente ela ainda deixa muito a desejar, devido a diversos motivos, como podemos perceber na fala de uma mãe sobre a escola

Tá muito a desejar, porque ele tem as necessidades dele, mas ele tem que tá incluído igual aos outros estão, ele não pode ser excluído. Ele não recebe material didático e é para ele receber porque vem, porque se ele tivesse com o material dele serviria até para eu ajudar ele e para mim ele se interessava mais, eu sei que os professores têm muitos alunos na sala, mas ele tem que ter mais atenção (mãe do aluno C).

Como podemos verificar na fala da mãe, o aluno não recebe material didático e isso ocorre devido à deficiência que ele possui e que afeta gravemente o ensino regular no qual ele é inserido. Carvalho (2010) diz que “inserir esses aprendizes nas escolas comuns, distribuindo-os pelas turmas do ensino regular, como ‘figurantes’, além de injusto, não corresponde ao que se propõe no paradigma da educação inclusiva” (p. 110). Mediante o relato das mães, os filhos frequentam as instituições de ensino desde a educação infantil no ensino regular e, posteriormente, no AEE e o ensino pautado na educação inclusiva sempre foi uma grande dificuldade encontrada por elas para inserirem seus filhos. Elas concordam que a formação de professores pode influenciar o ensino de alunos com necessidades específicas.

Acredito que quem trabalha com essas crianças deve ter sempre mais informação sobre o assunto para saber lidar com a demanda deles, assim

facilitará muito o ensino da educação, porque acho que hoje a educação é muito precária devido ao entendimento que deveriam ter para trabalhar com essas crianças (mãe do aluno A).

Conforme afirma Carvalho (2010), “a proposta de inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte (de qualquer aluno), sem assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades do processo de ensino-aprendizagem” (p. 111). Partindo desses pressupostos, as principais dificuldades relatadas que as crianças enfrentam no ensino regular se encontram relacionadas com a demanda que eles necessitam devido às especificidades que possuem, à convivência com os colegas e ao acompanhamento da turma. Já no que se refere ao AEE, segundo a professora entrevistada, é em relação à falta de especialização para os professores, a falta de materiais adequados e os pais que acabam superprotegendo os filhos, como podemos averiguar em sua fala

É a questão do material para desenvolver as atividades com eles, a questão também dos pais, porque alguns deles esperam coisas da escola que a gente não tem condição de oferecer, então, é bem complicado essa questão porque além do que já falei da formação, do material e também a questão de profissionais, porque no meu caso no AEE muitas vezes eu tenho que fazer um trabalho de outros profissionais porque não tem, como fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional ai então, essa parte é bem complicada, bem difícil. Muitos pais por terem filhos especiais e por não saberem lidar com isso acabam superprotegendo eles e acaba prejudicando as crianças que são tratados muitas vezes até como incapazes, outros a gente sabe uma criança especial tudo é diferente das outras crianças, a forma de aprendizado, então, aqui ele vai aprender e tudo é bem diferente e os pais não entendem, eles acham que aqui é para ser como fosse mágica, é bem difícil mesmo e alguns pais acompanham as crianças no AEE, alguns vem só para a reunião e outros nem isso, quer dizer que eles não valorizam, muitos acham que o filho não tem potencial nenhum.

Ensinar na perspectiva da educação inclusiva, segundo Mantoan (2003), “significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis” (p. 43), isto quer dizer que é necessário atualizar os métodos de ensino na concepção da inclusão e propiciar uma eficácia preparação para professores executarem na educação inclusiva nas instituições de ensino.

No que se referem aos professores entrevistados, eles nunca fizeram cursos ou treinamentos de especialização para trabalhar com crianças com necessidades específicas e afirmam que nunca foi ofertado esse treinamento ou curso por parte da educação do município, mas que seria de fundamental importância essa oferta, além de considerarem que a grade curricular do ensino regular e o ambiente social que os

alunos com necessidades específicas convivem na instituição de ensino não atendem à demanda que eles necessitam, haja vista que eles não são adequados, nem os temas e nem o atendimento.

“Não, porque assim falta formação para os professores das salas regulares, porque tem muitos professores que quando fala que ele vai receber alunos com necessidades especiais o coitado fica em pânico, em desespero, então, quer dizer que não tem uma receita para cada aluno, a gente vai trabalhando com ele na medida que você vai conhecendo seu potencial, suas fragilidades ai você vai desenvolvendo atividades para atendê-los e falta também material adequado para dar um suporte maior para essa criança, para que ela se desenvolva melhor, para que ela tenha uma qualidade de vida melhor no sentido de socialização, independência” (professora do AEE).

“Não, na nossa escola o AEE ajuda um pouco, mas ainda muito a desejar, porque nem os temas são adequados e nem o atendimento, então é um inserido que acaba sendo excluído, porque você professor não consegue chegar até ele porque ele sempre vai precisar de uma pessoa e você com uma sala de tantos alunos não consegue dar atenção que ele precisa” (professora do aluno B).

Entretanto, ao falarem de suas práticas cotidianas com os alunos da educação inclusiva, elas são bem enfáticas quanto aos desafios enfrentados nesse ensino, elucidando a atenção que essas crianças precisam e do processo de ensino-aprendizagem que carecem e os impactos que a sua formação ocasiona no ensino para eles, como a falta de especialização para atender a demanda dos alunos e não conseguir suprir com a demanda que precisam.

“Tem bastante dificuldades, porque eu não conheço muito bem a especialidade porque eu nunca estudei sobre isso, então, eu não sei muito bem a especialidade de cada um e assim eu não sei como lidar, realmente eu não sei como lidar com eles. Eu passo uma atividade pra eles, mas eu não sei se aquela atividade está em cima da especialidade dele, então, eu fico com ele na sala ali, sempre dou um carinho nele, sempre fico conversando com ele, pergunto alguma coisa sobre a família dele, conversando com ele pra ele não ficar no cantinho só ele” (professora do aluno C)

“A gente não consegue fazer muita coisa não, até porque formação é a teoria e a prática, é o dia a dia e a gente não consegue atender o aluno bem se tem uma turma de mais de 30 alunos para atender dentro das suas especificidades, então, a gente não consegui fazer muita coisa não” (professora do aluno B)

Enfim, algumas professoras têm um diálogo acessível e desenvolvido quanto ao ensino da educação inclusiva, em especial com os alunos com necessidades peculiares que evidenciam situações em que foram necessárias atitudes flexíveis,

sem deixar de dispor de um olhar mais atento que implica na valorização da singularidade dos alunos conforme constata Sampaio e Sampaio (2009), em contrapartida, há aquelas que demonstraram o contrário. Então para Carvalho (2010) “o dia a dia da sala de aula, desde que submetido a uma avaliação crítica e compartilhada, pode ser mais útil ao professor do que um conjunto de livros ou apontamentos que acabam no fundo de uma gaveta ou das prateleiras” (p. 161).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na temática, o ensino e a formação de professores, objetivamos analisar o perfil dos professores que atuam com alunos da educação inclusiva e avaliar o seu impacto no ensino da rede regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) com base na observação de aulas e nas entrevistas com os pais. Na escola do município de Aratuba, foi possível perceber as modificações ocorridas no decorrer dos anos no processo de ensino na perspectiva da educação inclusiva na instituição de ensino em questão.

Neste estudo sobre a educação inclusiva no ensino regular e no AEE, nota-se a relevância do processo de formação profissional dos professores, o que consiste na grande problemática compreendida na pesquisa, considerando que apenas o profissional que atua no atendimento especializado possui formação específica e já fez ou realizou algum curso ou treinamento sobre esse ensino. Como também, focalizarmos nesse processo de formação, haja vista, que é um processo de construção e produção da profissão através de um processo de aperfeiçoamento pedagógico entre duas dimensões, a teoria fundamentada na formação acadêmica específica e a prática fundamentada na preparação para a prática docente, enfatizando a constante formação teórico-prática e a formação continuada, visando um educador ativo e inovador nas práticas pedagógicas, em relação ao desenvolvimento de práticas reflexivas sobre o ensino educacional.

Simplesmente sugerir mudanças nas condições para que os professores e a escola lidem, competentemente, com a educação inclusiva parece não ser a solução. De outro modo, é preciso que haja implementação de políticas educacionais que se constituem do poder pedagógico que visa atender às demandas sociais que os alunos com demandas de vida específicas necessitam, partindo do pressuposto de que as ações que permeiam essas políticas

educacionais partam do poder público, visando à realidade que circunda o meio social, criando legislações que apontem à melhoria da educação.

Para atingir os objetivos propostos e construir os efeitos de sentido pretendidos sobre o ensino regular, mais mudanças devem ocorrer nas escolas e a escolha das mudanças mais adequadas devem ocorrer, principalmente, em relação à formação de professores, uma vez que isso irá determinar o desempenho das crianças e aperfeiçoar as suas práticas pedagógicas para a educação de inclusão. Poderiam ser disponibilizadas formações continuadas de cunho prático sobre como incluir os alunos com especificidades nas aulas comuns ou, até mesmo, disponibilizar cursos preparatórios de capacitação com o mesmo intuito, tendo em vista que somente a formação continuada ofertada não é suficiente para atender a demanda que a educação inclusiva carece. Dessa forma, consideramos que a experiência do cotidiano é benéfica e inovadora para as práticas pedagógicas, sem desmerecer as formações, porque na prática tudo se torna novo, porque os sujeitos e suas especificidades, embora sejam os mesmos, tornam-se únicos e diferentes a cada dia, por isso a constante atualização de suas práticas.

Os problemas levantados nessa pesquisa sobre o ensino regular e os impactos que ocasionam no ensino especializado são muitos, no entanto, há caminhos possíveis que podem assessorar na busca do desfecho para esses problemas. Findando esse trabalho, é possível declarar que a educação inclusiva está estritamente ligada ao ensino regular e especializado. Entretanto, sua abordagem deve estar sempre estritamente relacionada aos atributos linguísticos, culturais e sociais dos alunos com deficiência, transtorno global ou altas habilidades ou superdotação.

Deve ser considerada a grande importância da aprendizagem e atuação desses alunos no âmbito escolar na perspectiva de um trabalho de cooperação entre os profissionais da escola com esses alunos, despertando neles motivação e busca de aperfeiçoamento para atuarem na educação inclusiva na perspectiva de inclusão e integração dos alunos com necessidades específicas. Assim, ressignificando suas práticas e melhorando as condições de uma educação inclusiva, proporcionando adaptações necessárias para um eficaz trabalho no atendimento especializado e uma eficaz integração dos alunos com necessidades específicas nas salas de ensino regular.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé Costa. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

_____. **Decreto nº 4**, de 02 de outubro de 2009 – que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 03/03/2019.

_____. **Lei nº 9.394/1996**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Senado Federal, Portal Mec. 28 p.

_____. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015 – Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 24/02/2019.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1669-0-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; ROMAN, Marisa Fátima. **A formação de professores reflexivos: a docência como objeto de investigação**. Santa Maria: Educação, 2013.

GUASSELLI, Maristela Ferrari Ruy. **A formação de professores para educação especial: fronteiras entre a produção do ensino/pesquisa e a prática na educação básica**. 2012. Tese (doutorado), Porto Alegre.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 22. São Paulo: Cortez. 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SAMPAIO, Cristiane T; SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009.

APÊNDICES

Apêndice 01 – Roteiro entrevista com os pais

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PAIS

(Todas as informações obtidas nessa entrevista serão confidenciais e terão o anonimato dos participantes)

Aluno:

Responsável pela entrevista:

Turma:

1. Há quanto tempo seu filho(a) frequenta a instituição de ensino regular? Explique o motivo.
2. Há quanto tempo seu filho(a) recebe acompanhamento no Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Explique o motivo.
3. Como o(a) Sr(a) analisa a escola em relação ao processo de ensino e aprendizagem do seu filho?
4. Como é sua participação no processo de acompanhamento da aprendizagem do seu filho na escola?

 ótima / participo de tudo regular / participo sempre que posso
 boa / participo sempre ruim / não participo de nada
5. O(a) Sr(a) acredita que a formação dos professores pode influenciar o ensino de alunos com necessidades específicas? Se sim como?
6. Quais os desafios que seu filho(a) enfrenta com o ensino na escola?

